

WRC Operadores Portuários S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Acionistas e Diretores da
WRC Operadores Portuários S.A.**
São Francisco do Sul - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da WRC Operadores Portuários S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da WRC Operadores Portuários S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 30 de outubro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

WRC Operadores Portuários S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.199	3.303	Empréstimos e financiamentos	10	635	591
Aplicações financeiras		476	455	Fornecedores		1.470	394
Contas a receber de clientes	5	4.437	3.723	Tributos a recolher		204	392
Estoques	3.f	1.265	1.245	Encargos sociais e trabalhistas a pagar		730	447
Impostos a recuperar		286	737	Outras contas a pagar		<u>2.211</u>	<u>153</u>
Contas a receber de venda de ativos e outros créditos	6	3.090	6.618			<u>5.250</u>	<u>1.977</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda	7	<u>2.919</u>	<u>2.919</u>				
		<u>22.672</u>	<u>19.000</u>	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Empréstimos e financiamentos			
Depósitos judiciais	12	2.133	1.496		10	412	965
Contas a receber de venda de ativos e outros créditos	6	2.024	5.399	Provisões para contingências	12	12.141	12.400
Impostos diferidos	11	2.068	1.888	Outras contas a pagar		<u>-</u>	<u>2.205</u>
Imobilizado	8	34.022	35.211			<u>12.553</u>	<u>15.570</u>
Intangível	9	<u>1.309</u>	<u>1.323</u>	Patrimônio líquido			
		<u>41.556</u>	<u>45.317</u>		13		
				Capital social		35.591	35.591
				Reserva de capital		487	487
				Reservas de lucros		9.989	10.374
				Ajustes de avaliação patrimonial		<u>358</u>	<u>318</u>
						<u>46.425</u>	<u>46.770</u>
Total do ativo		<u><u>64.228</u></u>	<u><u>64.317</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>64.228</u></u>	<u><u>64.317</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WRC Operadores Portuários S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	15	11.740	10.625
Custos dos serviços prestados	16	<u>(10.532)</u>	<u>(9.303)</u>
Lucro bruto		1.208	1.322
Outras (despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	17	(1.435)	(1.788)
Outros resultados operacionais	18	<u>14</u>	<u>(4.999)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		(213)	(5.465)
Despesas financeiras	19	(450)	(762)
Receitas financeiras	19	<u>717</u>	<u>807</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		54	(5.420)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	11	(579)	(496)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	11	<u>180</u>	<u>2.173</u>
Resultado do exercício		<u><u>(345)</u></u>	<u><u>(3.743)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WRC Operadores Portuários S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Resultado do exercício	<u>(345)</u>	<u>(3.743)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(345)</u></u>	<u><u>(3.743)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WRC Operadores Portuários S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	35.591	487	1.550	12.092	793	-	50.513
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(720)	720	-
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	245	(245)	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(3.743)	(3.743)
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	(3.268)	-	3.268	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	35.591	487	1.550	8.824	318	-	46.770
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	61	(61)	-
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	(21)	21	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(345)	(345)
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	(385)	-	385	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	35.591	487	1.550	8.439	358	-	46.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

WRC Operadores Portuários S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes dos impostos	54	(5.420)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	1.997	4.272
Provisões para contingências	(259)	9.761
Baixa de imobilizados	(357)	(6.577)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	79	50
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(714)	(2.070)
Estoques	(20)	36
Impostos a recuperar	451	(261)
Outros ativos	6.267	(805)
Fornecedores	1.076	154
Outras exigibilidades	(50)	(488)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	<u>8.524</u>	<u>(1.348)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(890)	(1.967)
Aquisição de intangível	(128)	4.418
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	<u>(1.018)</u>	<u>2.451</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	67	1.122
Amortização de empréstimos e financiamentos	(656)	(2.077)
Aplicações financeiras	(21)	(455)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(610)</u>	<u>(1.410)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.896</u>	<u>(307)</u>
Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.303	3.610
No fim do exercício	<u>10.199</u>	<u>3.303</u>
	<u>6.896</u>	<u>(307)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A WRC Operadores Portuários S.A., tem sede no município de São Francisco do Sul - SC, litoral Norte de Santa Catarina, e foi constituída em 1º de março de 2002, com prazo de duração indeterminado.

A Companhia tem como objeto social a operação de terminais portuários e retroportuários de carga geral e de contêineres, a movimentação e armazenamento de mercadorias próprias e de terceiros e a locação de equipamentos afins, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou quotista.

A Companhia possui como acionistas finais fundos de *private equity* e empresários do setor portuário, que se mantêm coesos e comprometidos com as obrigações sociais assumidas e os investimentos necessários para o desenvolvimento do negócio no longo prazo.

A Companhia tem sua capacidade operacional preservada e não prognostica, para os próximos anos, necessidades de aportes importantes de investimentos para manutenção da capacidade já instalada, e para a qual estima recuperabilidade dos ativos em horizonte aceitável.

A Administração está inteiramente comprometida com o plano de negócios da Companhia e a potencialização de seus resultados, confiante de que alcançará o crescimento planejado para o médio e longo prazo.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 30 de outubro de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 08 - Ativo imobilizado;

Nota 11 - Imposto de renda e contribuição social; e

Nota 12 - Provisão para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia avaliou a aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Os efeitos da aplicação desta nova prática contábil não foi relevante para a Companhia.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários a vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerado de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são mostradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

f. Estoques

Se referem a peças de reposição do ativo imobilizado e são avaliados ao custo médio de aquisição. As provisões de estoques para baixo giro e/ou obsoletos são constituídas sempre que identificados.

g. Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e quando relevantes, custos de empréstimos sobre os ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir

para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios e benfeitorias	25 anos
Instalações técnicas	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	3 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Outros	20 - 25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i. Ativos Intangíveis

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas pela Companhia são de 5 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros, incluindo recebíveis

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

Inadimplência ou atrasos do devedor;
Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normais;
Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas que não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de crédito esperadas de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Receita de contrato com cliente

As receitas da Companhia compreendem a prestação de serviços na área portuária e é reconhecida quando atendido os seguintes passos:

1. Identificar o contrato com o cliente.
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato.
3. Determinar o preço das transações..
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, após o aceite do cliente. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e outras receitas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, encargos financeiros sobre tributos, e outras despesas. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Rendimentos	2019	2018
Caixa e bancos		256	627
Aplicações financeiras	91,95% a 100,4% CDI	<u>9.943</u>	<u>2.676</u>
Total		<u>10.199</u>	<u>3.303</u>

Aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários e/ou cotas de fundos de investimentos com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 4.437 (R\$ 3.723 em 2018) é composto por valores a receber de clientes do mercado interno pela prestação de serviços.

Os valores por faixa de vencimento (aging) são apresentados a seguir:

	2019	2018
Aging		
A vencer	3.028	3.378
Vencidos de 1 a 30 dias	1.039	-
Vencidos acima de 30 dias	370	345
Total	4.437	3.723

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía contas a receber dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

6 Contas a receber de venda de ativos e outros créditos

	2019	2018
Contas a receber (a)	3.939	9.299
Créditos previdenciários	-	1.449
Adiantamentos diversos	48	62
Provisão de indenizações de seguros a receber (b)	711	711
Despesas antecipadas	416	496
Total	5.114	12.017
Circulante	3.090	6.618
Não circulante	2.024	5.399

- (a) Refere-se principalmente a venda de ativo imobilizado (terrenos) em outubro de 2018 pelo valor total de R\$ 11.982, cujo o saldo remanescente em aberto em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 3.939 serão recebidos em parcelas mensais, com vencimento final em junho de 2021.
- (b) Referente a sinistro ocorrido em 2016, devidamente coberto pela apólice compreensiva da Companhia, em virtude do tombamento e queda no mar de uma empilhadeira de grande porte (Reach Stacker), durante a operação.

7 Ativos não circulantes mantidos para venda

Representado pelo valor residual de ativos imobilizados, devidamente autorizados para venda pela Administração, por valores superiores ao seu custo contábil. Os quais foram vendidos em 24 de abril de 2020 pelo montante total de R\$ 10.305.

8 Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Instalações técnicas	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.176	7.684	677	13.456	106	43	44	1.203	10	47.399
Adições	20	21	-	271	1	-	87	-	1.567	1.967
Baixas	(5.286)	(933)	-	(3.986)	(10)	(94)	(9)	-	-	(10.318)
Depreciação	-	(13)	(168)	(767)	(19)	70	(21)	-	-	(918)
Transferências	11	1.203	67	(2.915)	-	-	-	(1.203)	(82)	(2.919)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	18.921	7.962	576	6.059	78	19	101	-	1.495	35.211
Adições	-	32	27	523	4	67	19	2	216	890
Baixas (a)	-	-	-	(356)	-	(1)	-	-	-	(357)
Depreciação	-	(564)	(145)	(946)	(24)	(13)	(30)	-	-	(1.722)
Transferências	-	213	-	1.174	-	-	12	-	(1.399)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.921	7.643	458	6.454	58	72	102	2	312	34.022

(a) A principal baixa de ativo imobilizado no período se refere ao reconhecimento da venda de empilhadeira de grande porte, efetuada em 19 de junho de 2019 pelo valor de R\$ 350.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 não houve a necessidade de constituição de provisão.

9 Intangíveis

	Taxa anual de amortização	2019			2018
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	20%	2.223	(2.022)	201	215
Marcas e patentes	-	8	-	8	8
Ágio	-	1.100	-	1.100	1.100
		3.331	(2.022)	1.309	1.323

O referido ágio apresentado no quadro acima é decorrente da aquisição da Cargolink Armazéns de Cargas Ltda., ocorrida em 2007, o qual foi incorporado em 2008. Este ágio está baseado na expectativa de rentabilidade futura.

A Administração realizou em 2019 a análise da recuperabilidade do montante de ágio e não foi identificada necessidade de constituição de provisão para redução do valor contabilizado.

10 Empréstimos e financiamentos

Produto	Moeda	Encargos nominais	Vencimento	2019	2018
FINIMP	EUR	5,39% a.a. + v.c.	2020	195	382
FINIMP	EUR	6,36% a.a. + v.c.	2021	799	1.174
CDC	BRL	12,28% a.a.	2021	53	-
Total				1.047	1.556
Passivo circulante				635	591
Passivo não circulante				412	965

A Companhia utilizou linhas de crédito bancário exclusivamente para realização de investimentos em equipamentos para movimentação de cargas, a serem utilizados diretamente em sua operação.

Como garantia dessas operações financeiras, a Companhia possui saldo em conta garantida e termos de alienação fiduciária dos bens, objeto dos financiamentos.

11 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição dos tributos diferidos

	2019	2018
Ativo não circulante		
Prejuízos fiscais e base negativa	2.630	3.211
Provisão para contingências	4.128	4.216
Outras diferenças temporárias	-	299
	6.758	7.726
Passivo não circulante		
Custo atribuído	(557)	(557)
Venda de ativo imobilizado parcelado	-	(1.767)
Valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios	(2.673)	(2.684)
Revisão da vida útil do imobilizado	(835)	(830)
Outras diferenças temporárias	(625)	-
	(4.690)	(5.838)
Impostos diferidos líquidos	2.068	1.888

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em suas projeções de rentabilidade, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

A Administração da Companhia entende que haverá geração de lucros tributáveis futuros em montantes suficientes para que o saldo dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de base negativa contabilizados em 31 de dezembro de 2019 seja realizado, segundo a seguinte expectativa:

	Realização
2020	448
2021	257
2022	352
2023	601
2024	795
2025	925
2026	1.057
2027	1.134
2028 em diante	1.189
	6.758

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista

as incertezas inerentes a essas previsões. A Companhia não possui saldo de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não contabilizados.

A Administração prevê que os ativos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização dos litígios, perdas e das obrigações projetadas. Com relação aos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a administração estima que deverão ser realizados num período de aproximadamente seis anos. A Companhia optou por não reconhecer novos ativos diferidos que excedem esse horizonte, por julgar que sua realização excederia um tempo razoável de realização no longo prazo, limitando o registro projetado em dez anos.

b. Conciliação das despesas do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2019	2018
Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	54	(5.420)
<i>Alíquota fiscal</i>	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal	18	1.842
Outros adições e exclusões	381	(165)
Imposto de renda e contribuição social	399	1.677

12 Provisões para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Ao menos semestralmente a Companhia realiza a atualização formal dos registros junto a seus assessores externos a fim de certificar a situação dos processos e, mensalmente, o departamento jurídico realiza as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

	2019	2018
Trabalhistas	11.868	12.365
Cíveis	273	35
	12.141	12.400
Depósitos judiciais	(2.133)	(1.496)
Saldo líquido	10.008	10.904

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui outros processos tributários, trabalhistas e cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 5.292 (R\$ 3.249 em 2018), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

Em 2019 e 2018 a Companhia apresenta capital autorizado de R\$ 35.591, totalmente subscrito e integralizado, composto por 6.535.004 ações ordinárias sem valor nominal, sendo que cada ação outorga direito a um voto, o qual, está distribuído como demonstrado a seguir:

	Quantidade de ações
Porto Novo Participações S.A.	3.267.502
Nityam Empreendimentos e Participações S.A.	<u>3.267.502</u>
Total	<u>6.535.004</u>

13.2 Reserva de capital

Se refere a ganhos e perdas em decorrência de transações patrimoniais entre acionistas da Companhia, e poderão ser realizadas com base no art 200 da lei 6.404/76.

13.3 Reservas de lucros

Reserva legal

Essa reserva é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

Essa reserva é constituída de acordo com o estatuto da companhia, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

13.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se à diferença entre o custo original e o custo atribuído “*deemed cost*” de certos bens do ativo imobilizado, que foi gerado pela adoção inicial dos CPC’s e do IFRS. A realização do Ajuste Avaliação Patrimonial ocorrerá através da depreciação/baixa dos bens, que é transferida para a conta de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem.

13.5 Remuneração aos acionistas

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício após a formação da reserva legal. Os eventuais dividendos a pagar são destacados do patrimônio líquido, no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

14 Partes relacionadas

	TESC – Terminal Santa Catarina S.A.	
	2019	2018
Transações (valor bruto):		
Ativo circulante		
Contas a receber	2.301	1.814
Passivo circulante		
Outras contas a pagar	2.205	2.205
Receita de prestação de serviços	3.262	2.251

As transações seguem condições estabelecidas de comum acordo entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2019, não houve pagamento a título de remuneração a qualquer membro do Conselho de Administração. Aos Diretores Executivos, não houve pagamento de honorários e/ou bônus de performance (R\$ 143 em 2018).

15 Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2019	2018
Prestação de serviços	13.179	12.167
Deduções	(1.439)	(1.542)
Receita líquida	11.740	10.625

16 Custos dos serviços prestados

	2019	2018
Custos com benefícios a empregados	(4.626)	(3.210)
Custos com serviços de terceiros	(449)	(409)
Locação de equipamentos	(221)	(98)
Energia elétrica e combustíveis	(806)	(587)
Depreciações e amortizações	(1.774)	(4.132)
Custos com seguro	(991)	(597)
Manutenção	(337)	(267)
Demais custos	(1.328)	(3)
Total	(10.532)	(9.303)

17 Despesas administrativas e gerais

	2019	2018
Despesas com benefícios a empregados	(417)	(732)
Despesas com serviços de terceiros	(302)	(270)
Tecnologia de informação	(172)	(173)
Meio ambiente	(22)	(30)
Depreciações e amortizações	(107)	(140)
Outras despesas	(415)	(443)
Total	(1.435)	(1.788)

18 Outros resultados operacionais

	2019	2018
Resultado líquido na venda de ativos (nota explicativa 8.a)	243	6.577
Contingências	222	(11.012)
Outras despesas	(451)	(564)
Total	14	(4.999)

19 Receitas e despesas financeiras

	2019	2018
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(79)	(95)
Variação cambial passiva	(225)	(313)
Outros	(146)	(354)
Total	(450)	(762)
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	179	649
Rendimentos de aplicação financeira	533	154
Outros	5	4
Total	717	807
Resultado financeiro líquido	267	45

20 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

20.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em quaisquer ativos de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Esses instrumentos financeiros,

representados principalmente por disponibilidades caixa e equivalente de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e contas a pagar, não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	10.199	3.303
Aplicações financeiras	476	455
Contas a receber de clientes	4.437	3.723
Contas a receber de venda de ativos e outros créditos	5.114	12.017
Total	20.226	19.498

b. Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2019, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

c. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

d. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

e. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos importados

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data-base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2020 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes e decrescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos. A Companhia utilizou-se de fontes externas oficiais e sensibilidade interna para determinar os índices utilizados no indexador.

Operação	Risco	31/12/2019	(perdas) / ganhos financeiros				
			Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicações financeiras	CDI	10.419	(218)	(327)	436	544	653
Empréstimos	EUR	(994)	28	42	(56)	(70)	(84)
Indexador	Aumento do CDI		2,09	3,14	4,18	5,23	6,27
	Aumento da taxa cambial		2,82	4,23	5,64	7,05	8,46

f. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

20.2 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto.

20.3 Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

Grau de endividamento.

Endividamento em função do EBITDA anualizado.

Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente.

Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo.

21 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial da pandemia, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

A pandemia do novo coronavírus trouxe novos desafios à economia mundial, afetando o cotidiano da população e suas relações de consumo, exigindo que os negócios se adaptassem à uma nova realidade e estabelecessem planos contingenciais para o enfrentamento da crise.

Diante do cenário adverso, a Administração adotou ações imediatas para assegurar a manutenção das atividades e o cumprimento dos compromissos assumidos, estabeleceu diretrizes para preservação do caixa e promoveu uma rígida adequação da rotina organizacional, de forma a garantir a segurança de seus trabalhadores. Tais ações se mostraram efetivas e, até o momento, não houve registro de interrupções operacionais, desabastecimentos ou limitações ao desenvolvimento dos processos administrativos, inclusive de realização de capacitações internas (atendidas por meio de comunicação remota).

Em função de aspectos não administráveis, é provável que o cenário adverso advindo da pandemia pelo COVID-19 afetará geração de caixa potencial em 2020, porém, a Administração tem confiança na efetividade de seu plano contingencial e na resiliência de seus negócios.

O plano contingencial da Companhia compreende, entre outros, em:

Pessoal:

- Constituição de comitê interno multidisciplinar para definição das ações de enfrentamento;
- Orientação aos funcionários e usuários do Terminal;
- Afastamento do pessoal dos grupos de riscos;
- Intensificação das medidas de prevenção e controle nas dependências da Companhia;
- Suspensão temporária do uso de equipamentos de controle biométrico;
- Fornecimento de máscaras cirúrgicas aos funcionários do *front*;
- Fornecimento de máscaras de tecido aos funcionários do *backoffice*;
- Adequação de recursos tecnológicos e da segurança da informação para implantação do regime de *homeoffice* à equipe administrativa;
- Manutenção dos empregos.

Operação:

- Constituição de estoques de segurança de materiais operacionais e afins;
- Negociação de estoque consignado de combustíveis;
- Descontinuidade do fornecimento de transporte interno de pessoas aos usuários do Terminal.

Fluxo de Caixa:

- Contenção/postergação de gastos não essenciais ou ainda não devidos;
- Postergação de investimentos não compromissados;
- Diferimento de encargos sociais (FGTS e Contribuição Previdenciária Patronal);
- Diferimento de tributos federais (PIS e COFINS, exceto os retidos na fonte);